



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2262 /x (4 .ª)

Expeça-se

Publique-se

7 / 5 / 2009

O Secretário da Mesa

Fernando Sá

Assunto: **Despedimento colectivo na TYCO – Évora**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Depois de um processo em que a TYCO colocou todos os seus trabalhadores em situação de *lay-off*, suspendendo total ou parcialmente os contratos de trabalho, a empresa anuncia agora um despedimento colectivo de 110 dos seus trabalhadores.

Esta situação é um exemplo claro de formas de gestão e de políticas que assentam na ideia de que devem ser os trabalhadores a pagar os lucros e as crises das empresas.

Enquanto a situação económica lhe foi favorável, a TYCO preocupou-se apenas com a imposição de salários e de condições de trabalho que permitissem a acumulação de lucros e a exploração ilimitada dos seus trabalhadores.

Agora, argumentando com o agravamento da situação económica, são outra vez os trabalhadores que pagam a factura, vendo os seus contratos de trabalho suspensos, as férias postas em causa, os salários reduzidos e, finalmente, os postos de trabalho ameaçados.

Entre uma situação e outra, a TYCO recebeu do Estado português mais de 50 milhões de euros de apoios financeiros – através de contratos que continuam a ser mantidos em segredo pelo Governo – e comprometeu-se mesmo a criar postos de trabalho.

Ora, se é injusto e profundamente errado que sejam os trabalhadores a ter que pagar os lucros e as crises das multinacionais, ainda se torna mais inaceitável que o Governo português assista à violação de compromissos assumidos pelas empresas e à destruição de postos de trabalho sem nada fazer.

Não é aceitável que o Governo faça propaganda com os apoios concedidos às multinacionais e assista depois de braços cruzados ao despedimento de trabalhadores e ao agravamento das condições de vida das suas famílias que assim se vêem privadas do rendimento necessário para fazer face à sua subsistência.

A situação que se vive na TYCO torna-se ainda mais vergonhosa se tivermos em conta os dados disponibilizados pela própria empresa ao Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e



Ilhas.

De acordo com essas informações, a TYCO obteve em Dezembro de 2008 um resultado líquido positivo de 6 milhões de euros e conseguiu em Março estabilizar as encomendas. Por isso já regressaram da suspensão do contrato 70 trabalhadores, prevendo-se para breve o regresso de outros 50.

No entanto, a empresa pretende avançar agora para o despedimento colectivo de muitos dos seus trabalhadores com o objectivo de reduzir custos para poder chegar a Agosto sem resultados negativos.

E mesmo os trabalhadores que mantêm o seu posto de trabalho sofrem reduções nos seus salários que chegam a atingir os 30%.

Esta é, afinal, a demonstração do que valem para a TYCO os seus trabalhadores. Para esta empresa, os trabalhadores são apenas peças descartáveis de que a empresa se “desfaz” quando começam a atrapalhar nas contas.

O PCP já há muito que vinha alertando para a situação que se vivia na TYCO e que agora se agudiza. Através das Perguntas n.ºs 514/X, 1305/X, 1401/X, 1415/X e 1576/X, o Grupo Parlamentar do PCP alertou o Governo para os problemas que viviam os trabalhadores desta empresa e colocou um conjunto de questões quanto às medidas a adoptar para fazer face a essa situação.

Apesar de o PCP ter sido o único partido a levar os problemas dos trabalhadores da TYCO à Assembleia da República e apesar das iniciativas aí apresentadas, os problemas destes trabalhadores não mereceram qualquer resposta por parte do Governo. Todas as Perguntas apresentadas pelo PCP continuam por responder.

Tendo em conta a importância da TYCO no contexto de toda a região Alentejo e a necessidade de serem adoptadas com carácter de urgência medidas que permitam a defesa dos postos de trabalho, o PCP volta a insistir com o Governo para que estes trabalhadores não vejam os seus direitos postos em causa e os seus meios de subsistência ameaçados.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, resposta às seguintes perguntas:

- 1 – Que avaliação faz o Governo da intenção de despedimento colectivo de 110 trabalhadores na TYCO?
- 2 – Como avalia o Governo esta decisão tendo em conta a situação económica da empresa e o impacto na vida destes trabalhadores?
- 3 – Que medidas vai o Governo tomar para garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores, não só dos que são alvo do processo de despedimento colectivo mas também daqueles que mantêm os seus postos de trabalho?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- 4 – Há ou não uma situação de incumprimento dos contratos celebrados entre o Estado Português e a TYCO? Se sim, em que medida foram esses compromissos violados?
- 5 – Quando vai o Governo disponibilizar ao Grupo Parlamentar do PCP cópias dos contratos celebrados entre a TYCO e o Estado?
- 6 – Quando tenciona o Governo responder às Perguntas que lhe foram dirigidas pelo PCP e que não mereceram até hoje qualquer resposta?

Palácio de São Bento, 7 de Maio de 2009

Deputado

João Oliveira